

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

EXPANSÃO DA METRÓPOLE E ÁREAS PERI-METROPOLITANAS: CONTINUIDADE OU
RUPTURA? INVESTIGAÇÃO DO ENTORNO DO RIO DE JANEIRO

Rainer Randolph (IPPUR / UFRJ)

Pedro Henrique Oliveira Gomes (IPPUR / UFRJ)

Expansão da MetrÓpole e Áreas Peri-Metropolitanas: Continuidade ou Ruptura? O Contexto de uma Investigação do Entorno do Rio de Janeiro

RESUMO:

O presente ensaio procura investigar, determinar e caracterizar os contornos de um determinado tipo de expansão das grandes cidades contemporâneas para áreas que serão aqui chamadas de peri-metropolitanas. Diferentemente de muitas abordagens a respeito dessa temática, trabalha-se com a hipótese de que esse processo de espraiamento metropolitano em múltiplas dimensões não pode ser entendido como mera extrapolação daquelas formas de expansão urbana que levaram à conformação das regiões metropolitanas. Essa hipótese orientará a leitura crítica daquelas investigações que defendem a hipótese da mera extrapolação da dinâmica metropolitana para além de suas fronteiras e permitirá determinar, futuramente, elementos e formas de investigação capazes de verificar se há (ou não) nessas áreas peri-metropolitanas uma possível ruptura com a lógica metropolitana. O debate aqui apresentado está voltado, colocado num contexto mundial, particularmente para a metrópole latino-americana, em geral, e a brasileira em particular. Na primeira caracterização de áreas peri-metropolitanas serão observados os entornos das quatro maiores metrópoles do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Como caso específico para aprofundar a discussão foram selecionadas a região metropolitana e a área peri-metropolitana do Rio de Janeiro.

1. Apresentação

O presente trabalho insere-se numa série de investigações e discussões que diz respeito à expansão das grandes cidades contemporâneas e, em particular, à das metrópoles no mundo inteiro para além das suas fronteiras locais e mesmo daquelas das regiões (metropolitanas) que comandam mais diretamente. O ensaio procura determinar, num primeiro momento, os contornos dessa expansão para áreas que serão aqui chamadas de peri-metropolitanas; num passo seguinte, pretende-se identificar elementos que poderiam, talvez, melhor caracterizar *qualitativamente* esse processo de “transbordamento” das metrópoles. Diferentemente de muitas abordagens a respeito dessa temática, trabalha-se, aqui, com a hipótese de que esse processo de espraiamento em múltiplas dimensões não pode ser mais entendido como mera extrapolação daquelas formas de expansão urbana que levaram a conformação das regiões metropolitanas.

Não será possível, neste momento, de comprovar essa hipótese. No entanto, ela serve ao trabalho como orientação da sua leitura crítica daquelas investigações que defendem a hipótese da mera extrapolação da dinâmica metropolitana para além de suas fronteiras. Essa crítica permitirá, futuramente, determinar elementos e formas de investigação capazes de verificar se há (ou não) nessas áreas peri-metropolitanas uma possível ruptura com a lógica metropolitana.

O debate aqui apresentado está voltado, primeiramente, para a realidade das metrópoles e suas formas de expansão em geral; não obstante, o foco da nossa discussão e investigação será a metrópole latino-americana, em geral, e a brasileira em particular. Na primeira caracterização de áreas peri-metropolitanas serão observados os entornos das quatro maiores metrópoles do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Como caso específico para aprofundar a discussão foram selecionadas a região metropolitana e a área peri-metropolitana do Rio de Janeiro.

O atual ensaio termina com algumas reflexões acerca das espacialidades e temporalidades que estão envolvidas nas transformações aqui em pauta provocadas por mudanças ainda incipientes da mobilidade de trabalhadores e consumidores nessas áreas e dos tradicionais padrões profissionais surgidas durante o período da industrialização no Brasil.

2. Mobilidade, expansão das metrópoles e advento de áreas peri-metropolitanas

Partimos do pressuposto de que o avanço, ainda lento hoje, de um conjunto de tecnologias não aumentará apenas quantitativamente a mobilidade de trabalhadores e consumidores – em

relação a raios e velocidades de seus deslocamentos, tendência secular desde o início da industrialização -; mas criará também as bases para formas de vida *qualitativamente* novas (Randolph 2004, Lefebvre 1991). O caráter novo dessa mobilidade consistiria no fato de que as separações tradicionais entre trabalho, moradia, estudo, consumo e lazer – que se consolidaram a partir do advento da sociedade industrial – irão ser superadas por novas articulações e, também, novos espaços do exercício das respectivas atividades.

Devido à sua localização privilegiada – por razões que não cabe aprofundar aqui -, espera-se que essas transformações aconteçam primeiramente nas metrópoles e em seu entorno; há toda uma discussão nos últimos anos sobre o papel da reestruturação econômica para a transformação das metrópoles e da sua expansão para além das suas fronteiras. De fato, em relação ao Brasil, nota-se hoje um padrão espacial distinto de crescimento da população urbana do que aquele ocorrido num período inicial da urbanização (Santos 1993) quando apresentou uma forma concentrada principalmente nas grandes cidades e metrópoles do país. Pois, já desde a década de 1980 observa-se um maior espraiamento da distribuição populacional (Martine 1994); essa dispersão ocorreu desde a ocupação de áreas suburbanas ou mesmo de municípios vizinhos aos grandes centros até através do deslocamento de parcelas da população urbana para áreas rurais dentro de um município, processo denominado por Limonad (1999) enquanto sub-urbanização no seu sentido literal. Mas, existia também o movimento contrário que partiu das áreas rurais para áreas urbanas onde os fluxos não se dirigiam mais aos grandes centros urbanos o que Armijo (2000) chamou de “sub-urbanização campesina” – para o caso chileno.

O que mais nos interessa no presente trabalho são aqueles deslocamentos da população para lugares mais distantes fora das regiões metropolitanas. Há na literatura diferentes autores que procuram caracterizar esse processo por meio de diferentes termos como involução urbana ou metropolitana (Santos 1996), urbanização extensiva (Monte-Mor 1994), contra-urbanização (Berry 1976) e, mesmo, implosão/explosão metropolitana (Lefebvre 1999) como marco da propagação de uma “sociedade urbana”.

Pode-se identificar duas perspectivas distintas a respeito da interpretação desses processos de expansão. Por um lado, há aqueles que admitem o processo de um espraiamento para além das fronteiras metropolitanas e, inclusive, identificam o advento de uma *nova geografia* de cobertura global baseada na valorização das cidades à medida que assumem um crescente número de funções globais e no conseqüente surgimento de novas centralidades no sistema das cidades mundial (vide p. ex. Mattos 2001). Porém, esse processo não passa, conforme o

mesmo autor, de uma “metropolização expandida, na qual, progressivamente, vão ser ocupadas as aldeias e áreas rurais que se encontram em seu caminho, transbordando uma e outra vez seus limites anteriores.” Mattos como muitos outros autores – vide para o caso do Rio de Janeiro particularmente Castello Branco (2006) - não considera essas tendências como novas, mas

“como uma culminação lógica e previsível de uma forma de urbanização capitalista, que já se havia anunciado antes. E que, portanto, a partir dessa perspectiva, o tipo de cidade que agora se está desenvolvendo seria o resultado de um conjunto de mutações perfeitamente compatíveis com a modalidade específica daquela urbanização cujas origens seguramente deve se situar no momento em que se inicia a revolução industrial” (Mattos 2001).

Entretanto, existe uma forma diferente de interpretar os mesmos processos. Aguilar (2002) chega a conclusões que contradizem essa visão de Mattos a partir do estudo do desenvolvimento econômico e da estrutura territorial metropolitana da Cidade de México. Para Aguilar, os estudos sobre o papel das grandes cidades dentro da economia global negligenciam o desenvolvimento das periferias metropolitanas e, por causa disto, não conseguem identificar que a expansão metropolitana está adquirindo uma forma diferente àquela do passado recente.

“Em anos mais recentes, podemos apreciar que na medida em que diminuiu o crescimento da grande metrópole, continuou um importante crescimento das cidades intermediárias próximas à primeira, com o qual tem se aumentado uma marcada concentração de atividades produtivas e de população urbana em uma ‘região central’ que contem a maior cidade do país, mas cobre um território muito mais amplo” (Aguilar 2002).

Acrescenta ainda que

“as expandidas e cada vez mais difusas periferias metropolitanas ao redor dessas grandes cidades tornaram-se sumamente importantes para entender a natureza em mudança das mega-cidades; Em termos territoriais, a mega-cidade apresenta na atualidade uma expansão mais policêntrica através de centros e sub-centros urbanos que seguem um padrão de rede que tende a ampliar-se ao longo das principais rodovias e ferrovias que saem em forma radial do centro da grande cidade” (Aguilar 2002).

Adotamos, no presente ensaio, uma perspectiva que corresponde a de Aguilar. Procuramos, indo além disto, investigar e entender melhor aquela realidade que esse autor chama de

“difusas periferias metropolitanas”. Na medida em que não descartamos a presença de uma nova dinâmica urbana nessas periferias das regiões metropolitanas, parece-nos justificado designá-las com um nome próprio que tanto expresse sua distinção em relação à metrópole e sua área de influência, como faça alusão que essa realidade não possa ser entendida sem a presença da metrópole. Parecia, então, a qualificação de “peri-metropolitana” bastante adequada para a designação de um conjunto de municípios limítrofes às regiões metropolitanas dessas áreas (vide Randolph 2004, 2005). Na literatura, esse termo surgiu ao menos desde o início da década de 1990 (Hart 1991) em investigações fundamentalmente na Austrália que diziam respeito às metrópoles daquele país (vide, por exemplo, Murphy, Burnley 1993; Burnley, Murphy 2002).

Inicialmente, a denominação peri-metropolitana pode ser entendida enquanto analogia com o termo “peri-urbano” que se refere a alguma franja urbana e pretende designar a interface entre o urbano e o rural (España 1991, Pereira 2000, Furtado 2005): uma realidade que talvez não seja mais rural, mas que também não pode ser considerada plenamente urbana. O termo “peri-metropolitano”, denominaria, neste sentido, uma área de interface entre o metropolitano e um território urbano-regional que está próximo à região metropolitana; ao mesmo tempo parece estar presente, nos municípios nessa área de interface entre metrópole e região, a problemática peri-urbana à medida que se observa transformações das relações entre áreas urbanas e rurais nestes lugares (Randolph 2005).

Em síntese, para tornar mais nítido e rigoroso o termo peri-metropolitano é preciso, antes de tudo, observar a definição e delimitação das próprias regiões metropolitanas. Diferentes perspectivas e procedimentos de sua formação, implicarão, logicamente, em diferentes significados de sua possível área peri-metropolitana vizinha. O caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é uma instrutiva referência: criada e modificada, em termos legais, por Leis Complementares estaduais essa região tem sido redefinida em vários momentos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

O uso do termo peri-metropolitano exige, portanto, que seja explicitado a natureza da noção da região metropolitana na qual se apóia. No item seguinte serão apresentadas uma discussão e abordagem a este respeito.

3. A criação e delimitação de regiões metropolitanas

Os diferentes países do mundo definiram e delimitaram suas áreas metropolitanas com diversos e diferentes critérios e métodos. Uma breve síntese a respeito daqueles países que

fazem parte da Organização para o Desenvolvimento e Co-Operação Econômica (ODCE ou OECD encontra-se em recente estudo dessa organização (OECD 2006: 245-249). Nos Estados Unidos, por exemplo, as áreas metropolitanas começaram a ser delimitadas na década de 50, sendo denominadas *Standard Metropolitan Areas* (SMA). No decorrer dos anos, as áreas sofreram diversas alterações na sua denominação e aprimoramento dos critérios de definição. Na década de 90, as unidades regionais foram, finalmente, denominadas como “Metropolitan Areas”, segundo o *Geographic Areas Reference Manual* da administração federal daquele país (GARM 1994). De acordo com Moura e Firkowski (2001), essas áreas “são designadas e definidas pelo Federal Office of Management and Budget (OMB), e utilizadas para coleta e produção de dados oficiais com vistas a publicação do censo norte americano, tendo, portanto um objetivo bem preciso e definido” (2001: 106).

No Brasil, as regiões metropolitanas foram pensadas e instituídas a partir da década de 60 sob a influência francesa. Lá, na França, a questão metropolitana despertou uma certa preocupação a partir da década de 60, quando o governo francês pôs em ação o programa denominado “*Métrópolis de Equilíbrio*”, no qual foram eleitas oito metrópoles regionais, que seriam “capazes de delimitar regiões pela influência de seu terciário de alto nível, [assegurando] uma autonomia ..., passando a capital nacional a ter apenas um papel superior de coesão dessas unidades funcionais” (Rochefort, 1998: 154).

Durante o governo militar no Brasil, a razão do reconhecimento formal das metrópoles era dupla: sob o ângulo econômico, tornar mais racional a prestação dos chamados serviços de interesse comum, ou seja, serviços que interessam a mais de um município e que podem ser mais inteligentemente oferecidos por meio de uma gestão integrada; e sob o ângulo da geopolítica interna, na qual buscava-se intervir mais facilmente nesses espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira (Souza, 2003: 35).

As regiões metropolitanas foram inicialmente criadas, sob parâmetros político-institucionais, pelo Congresso Nacional no início da década de 1970, época que se instalou nove regiões metropolitanas no território brasileiro: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, de acordo com a lei nº 14 e 20 / 1973. Porém, na Constituição Federal de 1988, a competência de criação e alteração de regiões metropolitanas passou da União para os Estados da federação que estabeleceram nas suas respectivas Constituições Estaduais os parâmetros legais para tais atos. Em geral, tanto regiões metropolitanas, como microrregiões e conurbações podem ser criadas através de Lei Complementar (Gouvêa 2005: 127-163).

No âmbito da presente discussão, os processos e critérios políticos responsáveis para a instalação legal da figura da região metropolitana, apesar de ser da maior importância, não podem ser os preponderantes; senão, a distinção entre as áreas dentro e fora da região metropolitana seria exclusivamente baseada em razões político-administrativas. Pautamos a definição das áreas peri-metropolitanas, portanto, na concepção da região metropolitana como um espaço sócio-espacial (vide Lefebvre 1991) que, em última instância, abrange também uma dimensão política.

Entende-se, aqui, as regiões metropolitanas como formações sócio-espaciais resultantes de um estágio de maior complexidade do processo de urbanização atuante no mundo contemporâneo, denominado metropolização. No Brasil, o fenômeno metropolitano alcança o ápice a partir da década de 60, quando o processo de urbanização alcança novo patamar, baseado no aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias – em torno de meio milhão de pessoas, como indica Santos (1996), tendo as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo como as principais áreas de maior complexidade do território, devido ao elevado movimento migratório e a densificação populacional desses espaços.

Dentro dessa perspectiva existem diferentes propostas operacionais para identificar os limites de uma região metropolitana. No caso norte-americano (USA) as variáveis para a definição do caráter metropolitano de uma aglomeração urbana são as seguintes: i) densidade da população residente; ii) percentagem de população classificada como urbana; iii) crescimento percentual da população entre os dois períodos intercensitários anteriores; iv) existência de uma cidade central com 50 mil habitantes ou mais, ou presença de uma população total na área urbanizada (em conjunto com os condados adjacentes) de, pelo menos, 100 mil habitantes (GARM, 1994). Além desses, existem ainda uma série de critérios que se associam para a inclusão de municípios mais afastados na Área Metropolitana (Moura, Firkowski, 2001:106). Atualmente, existem 250 Áreas Metropolitanas no território norte-americano, sendo a sua experiência um marco na referência quanto a parâmetros utilizados para definição de unidades similares, nacional e internacionalmente.

Com já mencionado antes, a ODCE acabou de lançar um relatório de avaliação das características e transformações em 78 regiões metropolitanas dos seus países membros (OECD 2006). Para fins da identificação das metrópoles nestes países – o Brasil, ao contrário do México, não é membro da OECD –, o relatório apresenta uma discussão sobre variáveis e critérios adotados (OECD, 2006: 36 e 250-271). Se não cabe aplicar os critérios no nosso

caso, as variáveis utilizadas parecem-nos mais adequados do que aquelas do censo norte-americano:

“The Metropolitan database is based on four criteria. The first criterion is based on population size and a threshold of 1.5 million people is set to consider the region as metropolitan. Second, the density of population should exceed a critical value set at 150 people per km². These types of regions are considered as predominantly urban; ... Third, it is also fundamental that these regions with large and dense populations constituting urban areas represent a contained labour market. In order to define labour markets, commuting flows are used to calculate net migration rates. ... Hence, metro-regions among predominantly urban areas (large and densely populated) are those for which the net commuting rate does not exceed 10% of the resident population. The fourth criterion has been set to include a small number of important cities in their national context.” (OECD 2006: 36).

Resumindo, as variáveis – sem os valores que lhes foram atribuídos pela OECD – para identificar um região metropolitana serão, na nossa investigação, as três primeiras acima apontadas: (i) o *tamanho populacional* não tem nenhuma importância no nosso caso da investigação das áreas em torno das quatro maiores cidades do Brasil; mas, pode tornar-se relevante quando se pensa nas regiões metropolitanas criadas mais recentemente no interior do Paraná e em Santa Catarina; (ii) a *densidade populacional* – utilizada também por Castello Branco (2006) – indica a predominância de áreas urbanas em relação a áreas rurais, mais esparsamente ocupadas; e (iii) o *fluxo pendulário de trabalhadores* (e estudantes) entre os municípios – outra variável presente na análise de Castello Branco (2006) – seria a expressão de um mercado de trabalho articulado dentro de uma região metropolitana.

Será com essas variáveis que será realizado no item seguinte um primeiro e provisório confronto entre as regiões metropolitanas das quatro metrópoles e suas áreas peri-metropolitanas.

4. Investigação das regiões metropolitanas dos quatro maiores municípios brasileiros para a identificação de suas áreas peri-metropolitanas

Na nossa análise adotamos duas determinações para a seleção dos municípios tanto metropolitanos como peri-metropolitanos enquanto hipóteses de trabalho: primeiro, aceitamos, por ora, as delimitações das quatro regiões metropolitanas como foram estabelecidas pelas respectivas assembleias legislativas dos seus estados. Os dados

trabalhados por nos podem servir, assim, como referência até que ponto essa delimitação política é adequada às variáveis que acabamos de mencionar; e, segundo, serão considerados municípios peri-metropolitanos apenas aqueles que são limítrofes com a fronteira da região metropolitana; certamente, essa segunda restrição, em particular, precisa ser revista em estudos posteriores.

Os nomes dos municípios selecionados a partir destes critérios encontram-se na *TABELA 1* na página seguinte; para cada uma das áreas em torno das quatro metrópoles há uma coluna com os nomes dos municípios que fazem parte da região metropolitana; e uma segunda coluna com aqueles que pertencem à área peri-metropolitana (APeM). Já se observa a configuração bastante distinta entre as quatro áreas por nos consideradas.

TABELA 2 – Densidade Demográfica (Fonte: Censo demográfico de 2000 do IBGE)

SÃO PAULO				
	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 2000		
	Hab./km ² em 2000	MÉDIA	MAIOR TAXA	MENOR TAXA
MUNICÍPIO-NÚCLEO	6.808,1	94,0	-	-
RM	2.853,0	94,6	100,0	60,9
APeM	289,9	73,7	100,0	31,1
RIO DE JANEIRO				
	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 2000		
	Hab./km ² em 2000	MÉDIA	MAIOR TAXA	MENOR TAXA
MUNICÍPIO-NÚCLEO	4.627,9	100,0	-	-
RM	2.845,2	94,5	100,0	67,4
APeM	175,0	85,7	99,0	65,3
BELO HORIZONTE				
	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 2000		
	Hab./km ² em 2000	MÉDIA	MAIOR TAXA	MENOR TAXA
MUNICÍPIO-NÚCLEO	6.718,0	100,0	-	-
RM	558,0	80,5	100,0	26,3
APeM	71,6	70,8	97,8	35,1
SALVADOR				
	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	TAXA DE URBANIZAÇÃO EM 2000		
	Hab./km ² em 2000	MÉDIA	MAIOR TAXA	MENOR TAXA
MUNICÍPIO-NÚCLEO	3.440,3	100,0	-	-
RM	794,0	93,0	100,0	81,8
APeM	63,2	67,4	98,9	34,5

A *TABELA 2* – acima – apresenta uma diferenciação bastante nítida entre os quatro casos estudados. Ela diz respeito aos dados da densidade demográfica (habitantes por km²) e da taxa de urbanização encontrados tanto nos municípios-núcleo, nas suas regiões metropolitanas (RM) como nas respectivas áreas peri-metropolitanas (APeM).

TABELA 1 – Municípios das Regiões Metropolitanas e Áreas Peri-Metropolitanas (APeM) do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador

RIO DE JANEIRO		SÃO PAULO		BELO HORIZONTE		SALVADOR	
Metrópole	APeM	Metrópole	APeM	Metrópole	APeM	Metrópole	APeM
BELFORD ROXO	CACH. DE MACACU	ARUJÁ	ARAÇARIGUAMA	BALDIM	BARÃO DE COCAIS	CAMAÇARI	JAGUARIBE
DUQUE DE CAXIAS	ENG. P. DE FRONTTIN	BARUERI	ATIBAIA	BELO HORIZONTE	BELO VALE	CANDEIAS	MATA DE SÃO JOÃO
GUAPIMIRIM	ITAGUAÍ	BIRITIBA-MIRIM	BOM JESUS DOS PERDÕES	BETIM	BONFIM	DIAS D'ÁVILA	SALINAS DA MARGARIDA
ITABORAÍ	MARICÁ	CAEIRAS	CABREÚVA	BRUMADINHO	FORTUNA DE MINAS	ITAPARICA	SANTO AMARO
JAPERI	MENDES	CAJAMAR	CAMPO LIMPO PAULISTA	CAETÉ	FUNILÂNDIA	LAURO DE FREITAS	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ
MAGÉ	MIGUEL PEREIRA	CARAPICUÍBA	CARAGUATETUBA	CAPIM BRANCO	INHÁÚMA	MADRE DE DEUS	SAUBARA
MESQUITA	PETRÓPOLIS	COTIA	IBIUNA	CONFINS	ITABIRITO	SALVADOR	6
NILÓPOLIS	RIO BONITO	DIADEMA	IGARATÁ	CONTAGEM	ITAÚNA	SÃO FRANC. DO CONDE	
NITERÓI	SAQUAREMA	EMBU	IGUAPE	ESMERALDAS	MOEDA	SIMÕES FILHO	
NOVA IGUAÇU	TERESÓPOLIS	EMBU-GUAÇU	ITARIRI	FLORESTAL	PARÁ DE MINAS	VERA CRUZ	
PARACAMBI	10	FERRAZ DE VASCONCELOS	JACAREÍ	IBIRITÉ	PRUDENTE DE MORAIS	10	
QUEIMADOS		FRANCISCO MORATO	JARINU	IGARAPÉ	SANTA BÁRBARA		
RIO DE JANEIRO		FRANCO DA ROCHA	JUNDIAÍ	ITAGUARA	SÃO JOSÉ DA VARGINHA		
SÃO GONÇALO		GUARAREMA	MIRACATU	ITATIUIÇU	SETE LAGOAS		
SÃO JOÃO DE MERITI		GUARULHOS	NAZARÉ PAULISTA	JABOTICATUBAS	14		
SEROPÉDICA		ITAPECERICA DA SERRA	PARAIBUNA	JUATUBA			
TANGUÁ		ITAPEVI	PEDRO DE TOLEDO	LAGOA SANTA			
17		ITAQUAQUECETUBA	SANTA BRANCA	MÁRIO CAMPOS			
		JANDIRA	SÃO ROQUE	MATEUS LEME			
		JUQUITIBA	SÃO SEBASTIÃO	MATOZINHOS			
		MAIRIPORÃ	VÁRZEA PAULISTA	NOVA LIMA			
		MAUÁ	21	NOVA UNIÃO			
		MOJÍ DAS CRUZES		PEDRO LEOPOLDO			
		OSASCO		RAPOSOS			
		PIRAPORA DO BOM JESUS		RIBEIRÃO DAS NEVES			
		POÁ		RIO ACIMA			
		RIBEIRÃO PIRES		RIO MANSO			
		RIO GRANDE DA SERRA		SABARÁ			
		SALESÓPOLIS		SANTA LUZIA			
		SANTA ISABEL		SÃO JOAQUIM DE BICAS			
		SANTANA DE PARNAÍBA		SÃO JOSÉ DA LAPA			
		SANTO ANDRÉ		SARZEDO			
		SÃO BERNARDO DO CAMPO		TAQUARAÇU DE MINAS			
		SÃO CAETANO DO SUL		VESPASIANO			
		SÃO LOURENÇO DA SERRA		34			
		SÃO PAULO					
		SUZANO					
		TABOÃO DA SERRA					
		VARGEM GRANDE PAULISTA					
		39					

Os números a respeito da densidade mostram um padrão semelhante entre os quatro casos: como era de se esperar, nota-se um declínio da densidade do município-núcleo para a Região Metropolitana (RM) e, mais acentuado ainda, para as Áreas Peri-Metropolitanas (APeM). A mesma tendência observa-se em relação às taxas de urbanização. Só o município de São Paulo apresenta uma taxa que não alcança os 100%; e mesmo nas RM e APeM há municípios que apresentam essa taxa chegando próxima dela. Quando se analisa as taxas médias de urbanização nas RM e as compara com as das APeM, identifica-se uma significativa diferença entre as duas áreas. Apenas a RM de Belo Horizonte não apresenta um índice de urbanização inferior a 90%; já em relação à urbanização na APeM, o Rio de Janeiro conta com municípios com maior taxa (em média 86 %).

Em resumo, julgando mais pelo índice da densidade populacional do que pela taxa de urbanização, o perfil das Áreas Peri-Metropolitanas apresenta-se como menos “urbano” do que o da metrópole (núcleo) e sua periferia; o que não significa nenhuma surpresa, em princípio. Vale notar, entretanto, que os dados a respeito dos quatro casos indicam realidades bastante distintas para suas respectivas áreas.

Na *TABELA 3* – abaixo – encontram-se dados a respeito da população total nas quatro RM e APeM estudadas e sua distribuição, em cada caso, entre as três categorias territoriais por nos trabalhadas.

TABELA 3 – Comparação da Distribuição da População nas Quatro Metrôpoles

	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	BELO HORIZONTE	SALVADOR
TOTAL (Núcleo+ RM + APeM)	29.566.294	17.355.827	7.058.265	5.629.613
MUNICÍPIO-NÚCLEO	35,30	33,75	31,71	43,40
REGIÃO METROPOLITANA	60,47	61,71	61,75	53,67
ÁREA PERI-METROPOLITANA	4,23	4,54	6,54	2,93
TOTAL (%)	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000, IBGE

O padrão dessa distribuição é bastante parecido nas três metrópoles do Sudeste. Um pouco mais de 30% - entre 32 e 35% - da população reside em 2000 no núcleo da metrópole. Na sua periferia habitam aproximadamente 60% da população total; ficando entre 4 a 6,5% da população no entorno das respectivas Áreas Peri-Metropolitanas. Considerando a baixa densidade populacional nas APeM, a extensão territorial é muito maior do que a participação da população residente indica.

O caso de Salvador não se encaixa exatamente neste padrão na medida em que há uma concentração maior da população no próprio município-núcleo e uma parcela menor morando nas periferias da metrópole e, menor ainda – apenas 3% -, na sua APeM. Esses dados podem indicar que a dinâmica da expansão de Salvador seja diferente daquelas das outras três metrópoles.

A *TABELA 4* – na página seguinte – contem dados tanto sobre o crescimento populacional entre 1980 e 2000 como também sobre os movimentos pendulares entre os municípios no ano 2000, diferenciados pelas três categoriais territoriais por nos utilizado: o crescimento no município-núcleo, na periferia (RM) e no seu entorno (APeM). Os dados destes movimentos pendulares foram calculados a partir das informações do Censo Demográfico de 2000 acerca da população residente num município que trabalha e estuda em outro município. Desconsideramos os dados respectivos aos municípios núcleos que são, via de regra, inexpressivos.

É interessante observar, que as taxas de crescimento nas Áreas Peri-Metropolitanas eram maiores do que as das outras duas áreas nos três casos do Sudeste entre 1980 e 1990; e mesmo, na década de 1990, essa tendência mantém-se, em geral, em São Paulo e no Rio de Janeiro num patamar de valores bem abaixo daquelas da década anterior. Em Belo Horizonte, o crescimento na APeM vai ser superado pela RM que se mantém, em comparação às outras duas metrópoles ainda muito alto (quase 24% em 9 anos). Por outro lado, vale notar que é no entorno do Rio de Janeiro onde a taxa de crescimento experimenta um aumento de 17 % da década de 1980 para 20 % na década de 1990 contrariando a tendência das outras duas metrópoles do Sudeste.

Essa tendência de aumento da taxa de crescimento nas APeM verifica-se também em Salvador; se bem, o padrão apresentado por essa metrópole é de novo bastante distinta das demais. As taxas de crescimento populacional na década de 1980 no núcleo e na periferia da metrópole foram bastante superiores àquelas das metrópoles do Sudeste. Seu declínio fundamentalmente na periferia (RM) na década de 1990 é muito elevado, ficando até abaixo da periferia de Belo Horizonte. Já o aumento mencionado do crescimento populacional no entorno da metrópole (APeM) entre as décadas de 1980 e 1990 partiu de um patamar baixíssimo quando comparado com os três outros casos: na década de 1980 essa área apresentou uma taxa que não chegou nem a um quinto da taxa de crescimento populacional o que indica uma alta concentração da expansão populacional no interior da metrópole.

TABELA 4 – Crescimento Populacional e Movimento Pendular (Mobilidade)

SÃO PAULO						
	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000	CRESCIMENTO POPULACIONAL(EM %)		MOBILIDADE (%)		
		1980-1991	1991-2000	MÉDIA	PICO	MÉDIA DOS 20% Mais
MUNICÍPIO-NÚCLEO	10.435.546	13,58%	8,18%	-	-	-
RM	17.879.997	22,69%	15,77%	13,8	22,6	21,3
APeM	1.250.751	35,69%	24,74%	6,5	26,2	13,6
Total	29.566.294					
APeM/Núcleo	12,0%					
APeM/RM	7,0%					

RIO DE JANEIRO						
	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000	CRESCIMENTO POPULACIONAL (EM %)		MOBILIDADE (%)		
		1980-1991	1991-2000	MÉDIA	PICO	MÉDIA DOS 20% MAIS
MUNICÍPIO-NÚCLEO	5.857.904	7,66%	6,88%	-	-	-
RM	10.710.515	11,67%	10,54%	16,5	49,4	38,9
APeM	787.408	17,09%	20,26%	6,4	9,9	9,6
Total	17.355.827					
APeM/Núcleo	13,4%					
APeM/RM	7,4%					

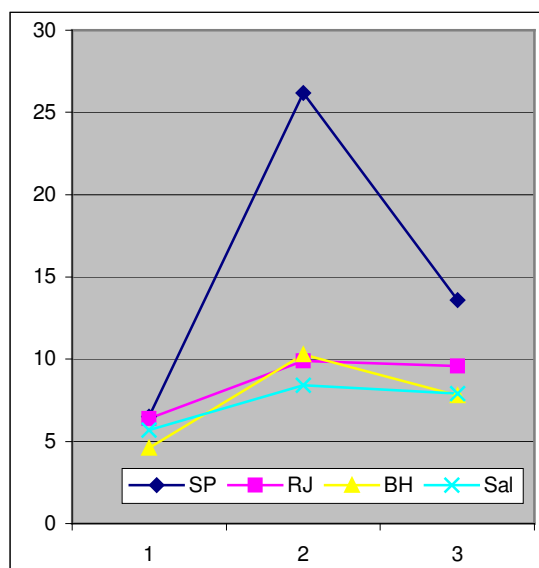
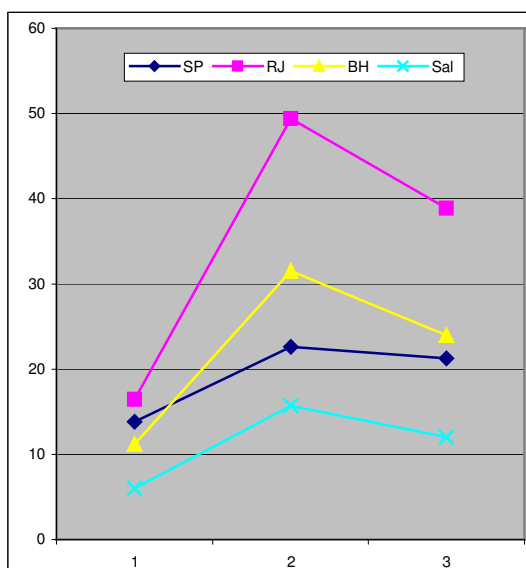
BELO HORIZONTE						
	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000	CRESCIMENTO POPULACIONAL(EM %)		MOBILIDADE (%)		
		1980-1991	1991-2000	MÉDIA	PICO	MÉDIA DOS 20% MAIS
MUNICÍPIO-NÚCLEO	2.238.526	13,44%	10,81%	-	-	-
RM	4.358.171	31,36%	23,71%	11,2	31,5	24,0
APeM	461.568	32,89%	19,21%	4,6	10,3	7,8
Total	7.058.265					
APeM/Núcleo	20,6%					
APeM/RM	10,6%					

SALVADOR						
	POPULAÇÃO RESIDENTE 2000	CRESCIMENTO POPULACIONAL(EM %)		MOBILIDADE (%)		
		1980-1991	1991-2000	MÉDIA	PICO	MÉDIA DOS 20% MAIS
MUNICÍPIO-NÚCLEO	2.443.107	38,17%	17,72%	-	-	-
RM	3.021.572	41,31%	21,03%	6,0	15,7	12,0
APeM	164.934	7,57%	8,32%	5,7	8,4	7,9
Total	5.629.613					
APeM/Núcleo	6,8%					
APeM/RM	5,5%					

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000, IGBE

Os dados relativos à participação da população residente em 2000 na APeM confirmam esse padrão particularmente em relação ao núcleo da metrópole: se no Sudeste essa parcela corresponde a 12 a 20% da população do núcleo, em Salvador não chega nem a 7%.

Como uma das variáveis mais importantes para a delimitação de regiões metropolitanas, tinha sido apontada, anteriormente, aquela dos fluxos pendulares (“commuting”) que pode dar indícios sobre a articulação entre os municípios em termos do mercado de trabalho. Na *TABELA 4* encontram-se dados sobre a população residente num município que trabalha ou estuda em outro (também fora da própria unidade da federação que vamos negligenciar por ora). Na coluna sobre as médias fez-se o cálculo – tanto para os município pertencentes às RM e às APeM – da média dessa população em relação à população total municipal. Na coluna sobre o valor pico indicou-se o maior valor encontrado entre os municípios de um grupo. Na terceira coluna sobre a “média dos 20% mais” calculou-se uma média apenas daqueles 20 % dos municípios de cada grupo (vide *TABELA 1*) com os maiores valores relativos referente à população que estuda e trabalha fora do município; é uma medida da concentração da articulação entre os municípios de cada grupo. Se o valor dessa média fica próximo à da média em geral (coluna 1), isto significa uma distribuição bastante equitativa das taxas entre os municípios; e vice versa: se ficar próximo ao pico e longe da média mostra que poucos municípios têm uma elevada articulação com a metrópole.



GRÁFICOS 1 e 2 (médias e picos)

Nos dois GRÁFICOS acima, elaborados a partir da *TABELA 4*, identifica-se que, para as RM das quatro metrópoles (*GRÁFICO 1*) o caso do Rio de Janeiro apresenta um pico muito alto (coluna 2) e, relação à média geral (coluna 1); um padrão que se repete em grau menor nos

outros três casos e indica uma concentração da articulação em relativamente poucos municípios. Já nos município das APeM (*vide GRÁFICO 2*), além de seus valores mais baixos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador apresentam uma distribuição relativamente homogênea de articulação. A exceção fica por conta de São Paulo onde há um pico muito alto em um município.

A comparação entre as regiões metropolitanas e as áreas peri-metropolitanas no caso das quatro principais metrópoles do país não traz nenhuma grande novidade a respeito de características procuradas dessas últimas áreas: de uma maneira genérica podem ser descritas como áreas de relativamente baixa densidade populacional, com municípios com taxa de urbanização ainda não muito elevado, com uma articulação reduzida com outros municípios e, certamente, também com a metrópole; mas com taxas de crescimento populacional elevadas. Entretanto, se nos vimos confirmados com isto aquilo o que esperávamos, os dados indicam também que cada uma dessas áreas deve ser tratada em sua singularidade mesmo naqueles casos onde as regiões metropolitanas de referência apresentam determinados traços comuns – como vimos em relação às metrópoles do Sudeste. Essa singularidade representa exatamente sua “essência” – e sua potencialidade: que não apresentam o mesmo padrão de ocupação e desenvolvimento como a metrópole e sua periferia imediata que, até certo ponto, reproduzem determinados padrões de segregação sócio-espacial.

5. Conclusão e perspectivas – o caso do Rio de Janeiro

Lembramos que nosso ponto de partida foi o questionamento relativo a novas formas de mobilidades e suas possíveis conseqüências para o futuro das metrópoles no Brasil e no mundo tendo em conta que já hoje se observa sua expansão para áreas que ultrapassam as tradicionais fronteiras das regiões metropolitanas. Não foi a nossa intenção – especialmente quando nos empenhamos numa comparação entre as quatro principais metrópoles do país através de dados estatísticos – de encontrar e desvendar esses processos em sua concretude; mas, desenhar um quadro mais geral no qual esse processo está se escrevendo já desde que começou.

Os fenômenos encontrados na nossa própria investigação e em pesquisas acerca dessa temática são apenas fracos indícios de uma realidade profundamente alterada pela acima apontada nova qualidade da mobilidade. Apesar do inquestionável mérito das pesquisas empíricas e estatísticas a respeito das transformações das metrópoles contemporâneas – como

aquela que acabamos de realizar aqui -, seu valor parece limitado quando se encara o processo de mudança em toda sua profundidade.

Dentro desse quadro geral das transformações que observamos aqui nos últimos 20 a 25 anos, para avançar no entendimento dos processos, é necessário empreender pesquisas estatísticas mais sofisticadas como aquelas como, no caso do Rio de Janeiro, as de Castello Branco (2006). Na análise dos fluxos de movimentos pendulares, essa pesquisadora identificou uma rica rede de articulações em torno da metrópole do Rio de Janeiro como pode ser vislumbrado na seguinte *FIGURA 1*.

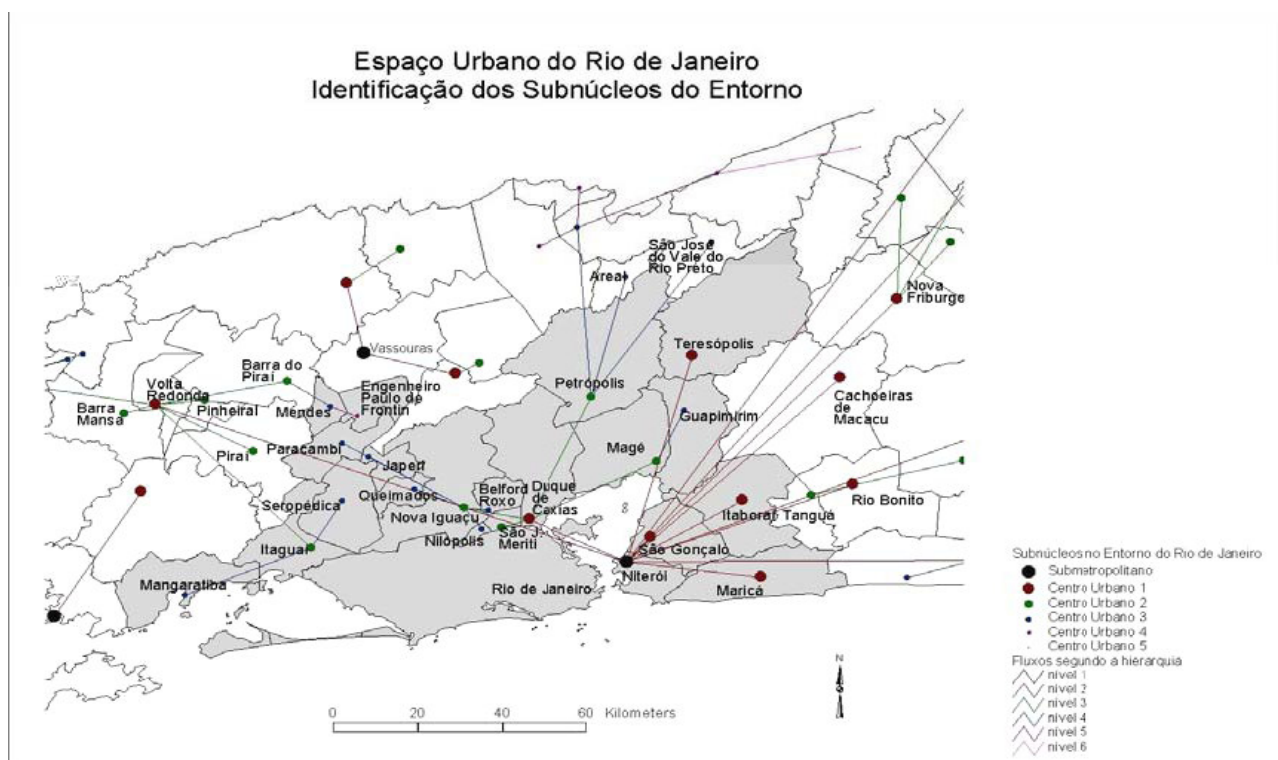


FIGURA 1 - Espaço Urbano do Rio de Janeiro – Fluxos de Movimento Pendular excluindo a Metrópole do Rio de Janeiro; Fonte: Castello Branco, 2006: 8

Para outras metrópoles brasileiras devem existir abordagens semelhantes; só citamos dois estudos recentes que investigaram os casos de São Paulo e Belo Horizonte considerados na nossa comparação acima: a investigação e análise realizadas por Sathler e Miranda (2006) sobre São Paulo e o estudo de Souza e Brito (2006) sobre Belo Horizonte.

Essas pesquisas estatísticas precisam ser complementadas e balizadas, por outro lado, por investigações de determinados aspectos das mudanças que são considerados relevantes e pertencentes para uma caracterizar qualitativamente as transformações que apenas estão se anunciando nas áreas peri-metropolitanas. Um destes aspectos – parcial, mas que pode ilustrar

a questão da continuidade ou ruptura – é a investigação das próprias formas que as ocupações urbanas estão assumindo nessas áreas peri-metropolitanas. A temática dos condomínios fechados, por exemplo, parece-nos oferecer uma oportunidade para realizar estudos comparativos entre a proliferação dessa modalidade de habitação (produto imobiliário) dentro do núcleo e mesmo periferia do Rio de Janeiro e sua difusão nas áreas semi-rurais ou peri-urbanas nos municípios do entorno da metrópole (vide, por exemplo, Randolph, Lopes 2006). Uma outra questão que está presente em uma boa parte dos municípios peri-metropolitanos do Rio de Janeiro é a da segunda residência e do turismo de fim de semanas. Trata-se aqui de formas intermitentes de ocupação de residências fora da metrópole que podem facilmente ser transformadas em permanentes.

É essa potencialidade de uma certa “flexibilidade da função” - sob constância da forma - que nos leva a chamar atenção, no final do nosso pequeno ensaio, para o fato de que cada investigação pressupõe um certo posicionamento – muitas vezes implícito – com relação ao seu “objeto” ou aquilo que compreende como sua “realidade”. A problemática apresentada nesse pequeno ensaio só vai poder ser investigada adequadamente, ao nosso ver, se a “realidade” estudada será compreendida a partir do conceito de Lefebvre que atribui ao real uma virtualidade própria e propõe identificar, nela mesma, seu potencial futuro – possibilidades que se podem (ou não) tornar real (Lefebvre 1999, 16).

Neste sentido, entende-se que a acima mencionada ‘nova mobilidade’ precisa ser compreendida ainda hoje como uma (poderosa) potencialidade cuja “realização” não depende apenas do avanço de mudanças atuais e futuras tecnológicas, organizacionais, profissionais etc. Pois, sua concretização em forma de projetos provavelmente conflitantes, dependerá de complexos condicionantes econômicos, sociais, políticos e culturais. O que não nos inibe de trabalhar com a hipótese de que esses fenômenos estão apontando para uma transição de uma forma de sociedade (mais ou menos sob hegemonia da indústria e do capital) para uma outra que ainda está em vias de nascer; transição, então, que ultrapassa o mero âmbito das grandes cidades e metrópoles e envolve toda a sociedade (e território) na medida em que aponta para o declínio da sociedade industrial e o advento de uma “sociedade urbana” (Lefebvre 1999).

Pois, inicialmente – e provavelmente por muito tempo se pensarmos nas escalas temporais das grandes mudanças na humanidade – deve ser difícil reconhecer essas transformações no espaço como nos alerta Milton Santos quando fala a respeito do poder de perpetuação do espaço sobre uma sociedade por ela mesma construído:

“Muitos dos que se inclinam para o papel do espaço nas transformações sociais imaginam que um automatismo é possível.

O fato, porém, é que cada estrutura do todo reproduz o todo. Assim, em uma fase de transição, as estruturas vindas do passado, ainda que parcialmente renovadas, tenderão a continuar reproduzindo o todo tal com era na fase precedente. Todavia, se cada estrutura conhece o seu próprio ritmo de mudança, a estrutura do *espaço é a instância social de mais lenta metamorfose e adaptação*. Por isto, ela poderá continuar, por muito tempo, a reproduzir o todo anterior, a situação que se deseja eliminar.” (Santos 2004, 75/76, destaque nosso)

Não obstante, sabe-se que não existe, no espaço, uma determinação absoluta entre *forma e função*. A investigação das novas tecnologias de comunicação em pesquisas anteriores (Randolph 1998, 1999, 2000a, 2000b) permitiu identificar, se bem pontualmente, exemplos espalhados pelo mundo afora da manutenção de certas formas espaciais que sofreram uma radical mudança na sua função não exclusivamente, mas em boa parte devido às possibilidades que as tecnologias oferecem para uma nova gestão dos fluxos de informação e comunicação. Nestes casos, nas palavras de Milton Santos, os antigos objetos geográficos – ligeiramente modificados em geral - assumem novas funções. Esse autor vê nessa possibilidade uma maneira de contribuir para a reestruturação da sociedade:

“Para superar a aparente inevitabilidade da ‘contrafinalidade’ própria à matéria inerte, será preciso criar novos mecanismos que revertam as tendências herdadas do modo de produção precedente e inventar outros objetos geográficos, dotados de finalidade em consonância com o novo modo e destinados sobretudo a ajudar a liberação do homem e não a sua dominação.

Em uma primeira fase, de transição, as formas poderão continuar quase as mesmas, enquanto o conteúdo e os fluxos mudarão de natureza. Mas em algum momento posterior, a alteração do conteúdo será acompanhado ou precedida pela mudanças das formas.

Certas formas espaciais do passado poderão ser reabilitadas pela simples atribuição de novas finalidades. ...” (Santos 2004, 81, destaques nossos)

E, num primeiro momento, foi esse potencial que julgamos presente em determinadas partes da franja metropolitana do Rio de Janeiro, de uma reabilitação de formas espaciais pela simples atribuição de novas finalidades que orientou a atenção da nossa pesquisa: imaginamos que ali haveria uma chance maior – em relação a outras áreas – para o surgimento de uma

nova mobilidade e para a realização mais imediata de mudanças na sua estrutura espacial, inclusive a da metrópole inteira. A resposta à pergunta sobre “continuidade” ou “ruptura” não cabe, em última instância, à pesquisa, mas à atuação de todos nos realidades das quais somos partícipes e protagonistas.

Bibliografia

AGUILAR, A. G. (2002) “Las mega-ciudades y las periferias expandidas”. EURE, vol. 28, número 85, 2002

ARMIJO Z., G. (2000) “La faceta rural de la región metropolitana: entre la suburbanización campesina y la urbanización de la elite”. EURE, vol 26, número 78, 2000

BERRY, B. (1976) “The counterurbanisation process: urban America since 1970”. In: BERRY B. (ed): Urbanisation and counterurbanisation, Sage, 1976

BURNLEY, I. H, MURPHY, P.A., The population turnaround in New South Wales. *Journal of Population Research*, 2002

CASTELLO BRANCO, M.L. A dinâmica metropolitana, movimento pendular e forma urbana: o espaço urbano do Rio de Janeiro. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de Setembro de 2006.

ESPAÑA, E. D. La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya. Valencia : Universidad de Valencia, 1991.

FURTADO, M. F. R. G. . Áreas de Interface Periurbana: Uma Nova Territorialidade. In: Anais do Congresso Internacional de em Planejamento e Gestão Ambiental - Desafios Ambientais da Urbanização, Brasília DF, 2005. v. 1.

GARM – Geographic Areas Reference Manual. US Department of Commerce Economics and Statistical Administration. Bureau of the Census,1994. Disponível em: www.census.gov.

GOUVÊA, R. G. A questão metropolitana no Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2005

HART, J. F. The perimetropolitan bow wave. *Geographical Review*, Vol. 81, No. 1 (Jan., 1991), pp. 35-51

LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford (UK), Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para discussão no. 329, Rio de Janeiro: IPEA, janeiro 1994

MATTOS, C.A. d. Metropolización y suburbanización. EURE, vol. 27, número 80, 2001

MONTE-MOR, R. L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento. In: SANTOS, M. et alii (Orgs.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUTCITEC, pp. 169-181, 1994

MOURA, R., FIRKOWSKI, O. L. C. de F.. Metrôpoles e Regiões Metropolitanas: o que isso tem em comum? Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, volume 1, pp. 105-114.

- MURPHY, P.A., BURNLEY, I. H. Socio-demographic structure of Sydney's perimetropolitan region. *Jornal Aust. Popul. Association*, 1993 Nov;10 (2):127-44.
- OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development. *Competitive cities in the global economy*. Paris: OECD, 2006
- PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. *Qualidade de Vida*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 11, abr./ 2000
- RANDOLPH, R. Urbanismo abstrato na era digital? Tentativa de uma provocação. In: Anais do V. Seminário sobre a História da Cidade e do Urbanismo. Campinas: PUC-Campinas, out. 1998
- RANDOLPH, R. Sociedade-rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. *GeoGraphia*, Niteroi, ano 1, no. 2, pp. 27-53, 1999
- RANDOLPH, R. Las mutaciones de lo urbano: de la red de ciudades a la ciudad-red. In: Finquelievich, S. (org.) *Ciudadanos: a la red! Los vínculos sociales en el ciberespacio*. Buenos Aires: Ed. La Crujía , 2000a
- RANDOLPH, R. A sociedade em rede (resenha crítica do livro de Manuel Castells). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, número 2, março, pp. 111-112, 2000b
- RANDOLPH, R. Mobilidade virtual e urbanização. Reflexões e investigações acerca do novo potencial de segregação populacional de velhas formas de ocupação. Trabalho apresentado no Seminário “Por uma outra cidade: identidades culturais, experiências políticas e transformações do cotidiano” do GT Desenvolvimento Urbano do CLACSO. La Paz/Bolívia: Universidad Mayor de San Andres, agosto 2004
- RANDOLPH, R. Utopia burguesa ou revolução urbana? - Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, Bahia: ANPUR, 2005
- RANDOLPH, R. LOPES, L. Urbanização fechada em áreas metropolitana e peri-metropolitana: comparação da segregação sócio-espacial entre condomínios fechados dentro e fora da região metropolitana do Rio de Janeiro. In: Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 24 a 28 de outubro de 2006
- ROCHEFORT, M. *Redes e Sistemas. Ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Ed. HUCITEC., 1998
- SATHLER, D. V. F. O. Desconcentração demográfica paulista: novas aglomerações metropolitanas, cidades médias e a emergência dos pequenos municípios. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de Setembro de 2006
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUTCHITEC, 1996.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. 5 ed., São Paulo: Edusp, 2004
- SOUZA, M. L. de (2003). *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2003.
- SOUZA, R. G. V., BRITO, F. R. A. A Expansão Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população: a migração dos ricos. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de Setembro de 2006